Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Património do Ensino & da Educação

BAME - Bibliotecas, Arquivos e Museus da Educação

10 Anos de BAME:

2016

Título:

10 ANOS BAME – VOLUME 6 – 2016

Autor:

Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Edição:

1ª edição

Elaborado por:

Elvira Evaristo

Imagens:

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Autores dos artigos:

José Miguel Gonçalves, Maria João Seguro, Pedro Maximino

Elaborado em:

2018

SUMÁRIO

Entradas do BLOG

01

2016/01/06

Exposição "Leitores dos clássicos: edições italianas na transição do século XV para o século XVI"

Até 30 de janeiro na Biblioteca Nacional, encontra-se disponível para visita a exposição "Leitores dos clássicos: edições italianas na transição do século XV para o século XVI". Trata-se de uma seleção de edições humanistas, de origem italiana, que nos permitem compreender as alterações da cultura portuguesa nos reinados de D. João II e de D. Manuel I.

2016/01/13

Programa de Mobilidade "A Minha Biblioteca é a Tua Biblioteca"

A iniciativa do Grupo de Trabalho das Bibliotecas do Ensino Superior, "A Minha Biblioteca é a Tua Biblioteca" tem como objetivo a troca de experiências e a colaboração entre os profissionais desta área. Se tem um projeto que quer partilhar estão abertas as candidaturas até 20 de janeiro de 2016.

2016/01/20

Peça do mês de janeiro

Heliógrafo de Campbell-Stokes

Instrumento utilizado no Laboratório de Física para a prática pedagógica. Consiste numa armação metálica côncava, onde se encaixa uma esfera de vidro que tem uma lente que focaliza os raios solares. Esta armação serve para sustentar uma tira de cartão onde é feito o registo do heliógrafo. Está inventariado com o número ME/402310/199 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Mouzinho da Silveira.

Foi inventado por John Francis Campbell em 1853 e alterado por George Gabriel Stokes em 1879. Campbell (1821 – 1885) era um autor de renome e

especialista em estudos Celtas, tendo criado o heliógrafo. Stokes (1819 – 1903) foi um importante físico e matemático, político e teólogo. Deixou enormes contributos ao nível da dinâmica dos fluídos, ótica e matemática.

A esfera concentra os raios solares num ponto sobre a tira de cartão onde é feita uma pequena queimadura. Ao longo do dia a luz solar vai queimando o cartão em locais diferentes, originando um traço queimado, por vezes interrompido. Assim, pode-se depreender o tempo de exposição solar total e os períodos em que o Sol foi encoberto. Para que o papel receba os raios solares durante todo o dia, é necessário que a esfera de vidro tenha uma posição particular, inclinada conforme a latitude do lugar, longe de obstáculos que lhe façam sombra e que a armação tenha o diâmetro adequado. O heliógrafo permite a contabilização dos número de horas de brilho solar numa determinada localidade e altura do ano, o que é de grande importância na definição das condições atmosféricas e das alterações climatéricas.

2016/01/27

Fernando da Silva Lima, Ilustrador

O arquiteto **Fernando da Silva Lima**, de nome completo Fernando José Miranda de Vasconcelos Mourão da Silva Lima, foi associado fundador número 28 da Mocidade Portuguesa e, simultaneamente, Membro do Concelho Geral da mesma Organização. Foi ilustrador, redator e diretor de uma das mais prestigiadas revistas para graduados da Mocidade Portuguesa: *Guião: revista para graduados* e *Talha-Mar: revista para graduados* (o último título é continuação do *Guião*).

Fernando Lima participou na revista *Guião* a partir da publicação número 11 de janeiro/fevereiro de 1951 até ao seu desfecho, em 20 de setembro de 1953. Nesta publicação periódica ilustrou vários artigos, orientou a secção *Manta de retalhos* (sobre atividades culturais diversas) e também desempenhou funções de redator.

Enquanto redator, destacamos o conto “*Sou capaz: um problema em que não se repara*”, onde Fernando Lima (Lima, 1952:9) ressalta a permeabilidade dos jovens para o ato de aprendizagem orientada: “serão [...] práticas miúdas que levarão ao autoconvencimento: – ‘sou capaz!’ e, daí, à confiança em si indispensável [...]” Lima (1952:18) verifica que uma das pedagogias mais eficazes para a formação de graduados é, pois, o uso de formulações doutrinárias pré-estabelecidas pelo Regime, tal como no sistema de construção em série Meccano:

“Começaremos pela experienciuzinha barata (entenda-se por tal a que não envolve riscos de qualquer espécie). Servem perfeitamente a construção de engenhocas (género ‘Meccano’ ou outras muitas), o microscópio que se compra e pelo qual se desperta o interesse pelas mil formas admiráveis do mundo maravilhoso da Natureza [...]” (Lima, 1952:9)

O *Guião* findou a sua publicação em 1953, não obstante, esta publicação foi reeditada em abril de 1958 com o nome de *Talha-mar: revista para graduados*. Fernando Lima, então Comandante de Falange, assumiu funções de diretor desta nova revista para graduados desde o número 1 (5 abril de 1958), até ao número 12 (20 de setembro de 1958). O Comandante de Falange Mouzaco Dias substituiu Fernando Lima, e, assumiu funções de diretor a 4 de outubro de 1959, com o número 13 de *Talha-mar*.

A dedicação de Fernando Lima a esta nova revista para graduados, segundo entendemos, foi sobretudo na esfera estética – a arte, tal como a ciência, para este ilustrador é uma unidade:

“Arte e ciência não são compartimentos estanques, mas sim aspectos dum mesmo todo; visões parcelares – e reduzidas, claro – duma só unidade. É como se tivéssemos filtrado um raio de luz branca num prisma de cristal: não poderíamos dizer, em boa verdade, que essa luz fosse mais vermelha do que azul, mais amarela do que anilada, mais verde ou mais laranja do que violeta. O branco é tudo isso somado!”
(Lima, 1958b:5)

A ideia de arte como uma soma de visões parcelares que culminam na unidade é, pois, uma ideia muito cara no Regime: o Estado Novo é a garantia da independência e *unidade da nação*, do equilíbrio de todos os seus valores orgânicos e da aliança de todas as energias criadoras.

A este respeito, Lima (1958 a:7) afirma que “não procuremos coisas esquisitas; procuraremos coisas boas. O que é novo não é, por simples definição, bom.” Existe, efetivamente, a necessidade de procurar o bom e único. Esta valoração é, pois, acompanhada a noção e patriotismo, onde gentes e terras são exaltadas:

“Se acham bem, eu chamaria a isto [2.º Encontro Nacional dos Graduados em Viseu] formação portuguesa – o amor às terras e às gentes, e ao que estas conseguiram daquelas para chegar ao que nós somos: é por raízes ao sol; mostrar que continua onde muitos creem e afirmam que só começa.” (Lima, 1958:7)

Fernando da Silva Lima assinou as suas criações de formas distintas: F. Silva Lima, F.S.L., FL, e, finalmente, F.S. Lima. Este ilustrador foi responsável por cerca de 30% das ilustrações da publicação periódica *Guião*. As suas ilustrações versavam sobretudo cenas de acampamentos da Mocidade Portuguesa e jogos de xadrez. Não admira, portanto, que na década de oitenta Fernando Lima tivesse constituído uma associação – Grupo de Xadrez de Macau – registada a 9 de março de 1987, no 2.º Cartório Notarial de Macau, para divulgar e desenvolver o xadrez em todas as modalidades e componentes culturais, desportiva e recreativa (Cf. 2.º Cartório Notarial de Macau, 1987).

Fernando Lima, no *Guião* demonstrou ser um ilustrador eclético, ilustrou as hierarquias dos filiados da Mocidade Portuguesa (*Guião*, N. 13, 1951:8-9), projetou, ainda, problemas de xadrez (*Guião*, N. 17-22), para além de desenhar vivências humorísticas e nacionalistas da Organização.

O arquiteto Lima nas suas ilustrações projeta linhas rápidas e curvilíneas, numa estética despojada de pormenores, mas ondulante, onde o homem e/ou as suas obras estão sempre presentes. As ilustrações ganham autonomia e, desta forma, trespassam as mensagens escritas – exibem-se, assim, imagens em movimento e repletas de humor, como são o caso dos *peixes de guarda-chuva* (*Guião*, N. 18, 1952:20), *o acertar do relógio* (*Guião*, N. 17, 1952:19), *o que vale são os enfermeiros* (*Guião*, N. 11, 1951:14).

Bibliografia:

2.º CARTÓRIO NOTARIAL DE MACAU (1987). Anúncio: Grupo de Xadrez de Macau [em linha]: escritura lavrada em 9 de Março de 1987, a fls. 39 e segs. do livro de notas n.º 433-A, do 1.º Cartório Notarial de Macau.

[Consult. Nov. 2015]

LIMA, Fernando (1958). “Ao chegar: encontro 58.” in: *Talha-mar: jornal dos graduados*, N. 8 (julho 1958), p. 1-7

_____ (1958a). “Linhas de rumo: acampar.” in: *Talha-mar: jornal dos graduados*, N. 11 (setembro 1958), p. 1-7.

_____ (1952). “Sou capaz!” in: *Guião: revista para graduados*, N. 20 (out./nov. 1952), p. 9, 18.

_____ (1958). “Tema à espera: 10 amigos.” in: *Talha-mar: jornal dos graduados*, N. 3 (maio 1958b), p. 5.

SILVA, Susana Maria Sousa Lopes (2011). *A ilustração portuguesa para a infância no século XX e movimentos artísticos: influências mútuas, convergências estéticas* [em linha]: [S.l.: Susana M.S.L. Silva], 2011. (Tese de doutoramento em Estudos da Criança (ramo de conhecimento em Comunicação Visual e Expressão Plástica). [Consult. 28 julho 2015].

Meccano é uma marca inglesa, do início do século XX, que ficou mais intimamente associada, a um "sistema de construção" em forma de "brinquedo educativo" que permitia a construção de mecanismos em miniatura. A marca Meccano foi usada também como nome da empresa que fabricava o brinquedo originalmente, a [Meccano Ltd](#). O *Meccano* pode ser considerado um brinquedo, no entanto, ele é um sistema complexo o suficiente para também ser utilizado na criação de protótipos em projetos de engenharia.

2016/02/03

Projeto ARQUIVO.PT

Através de uma iniciativa da FCT/ FCCN que fornece um serviço de preservação digital, é agora possível recuperar *websites* que tenham desaparecido. Na verdade, 80% das páginas desaparecem ou são alteradas após um ano da sua publicação. Através do acesso à [página](#) ARQUIVO.PT pode pesquisar dados arquivados desde 1996, especialmente orientados para a recuperação de conteúdos de interesse para a comunidade portuguesa.

2016/02/10

Exposição: "O Tear no Museu Virtual da Educação"

Visite a exposição virtual "O Tear no Museu Virtual da Educação", com uma seleção de peças ligadas à transformação dos têxteis em contexto escolar.

“O tear é instrumento, mecânico ou elétrico, que serve para a tecelagem, ou seja, fabricar tecido, através do cruzamento de fios verticais (urdidura ou teia) que estão presos entre os órgãos do tear, com os fios horizontais (trama) que são transportados pela lançadeira (ou navete) que vai entrelaçando este fio com a teia. Este tipo de aparelhos era utilizado nas aulas de Têxteis ou Lavoires para a realização de trabalhos de alunos. Os teares existentes são bastante diversificados, consoante a peça que se deseja obter. Na tapeçaria pode utilizar-se um tear de alto liço ou de baixo liço, sendo que o liço permite a abertura para a passagem do fio da trama. No caso dos teares de alto liço, os liços ficam acima da área que está a ser tecida. Nos teares de baixo liço, como é o caso do apresentado, os liços ficam abaixo da superfície tecida. O tear de padronagem,

por exemplo, é geralmente pequeno e possibilita a execução de trabalhos semelhantes aos de um grande tear de pedal. É muito usado para estudo e pesquisa de padrões, possibilitando a execução rápida de pequenas amostras para a visualização imediata de determinados efeitos. O tear jacquard é utilizado na indústria têxtil para fabricar tecidos com desenhos complexos, permitindo que o padrão seja incorporado no tecido e não impresso, criando padrões no tecido por meio do controle da maneira pela qual os fios são levantados ou colocados para baixo.”

2016/02/17

Peça do mês de fevereiro

Imagem Parietal de Datilografia

Imagem parietal com o título “Dactilografia” utilizada nas aulas de Datilografia dos antigos Cursos Gerais do Comércio e de Secretariado. Constitui um auxiliar didático para a aprendizagem do método e técnica a adquirir neste âmbito. Servia para ilustrar as posições corretas que devemos adotar quando escrevemos à máquina. Na zona superior da imagem, temos uma mulher (zona superior) e um homem (zona inferior) vistos de lado e de costas, exemplificando a postura correta. Na zona inferior do quadro parietal estão quatro imagens de posições incorretas que podem conduzir ao aparecimento de lesões prejudiciais ao bom desempenho do datilografo.

Está inventariada com o número ME/ESDMF/267 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária David Mourão-Ferreira, à guarda da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

A datilografia é uma técnica que permite a utilização de uma máquina de escrever, premindo os botões do seu teclado com uma certa velocidade. O datilografo executa esta técnica com os pulsos erguidos sobre o teclado, em vez de apoiados sobre a mesa e com os cotovelos ao lado do corpo.

O teclado das máquinas de escrever é geralmente constituído por botões quadrangulares ou circulares, as teclas, onde se encontra um, ou mais, caracteres impressos, incluindo números, letras e sinais de pontuação. Premindo estes botões, o caractere que lhe está atribuído é impresso no papel.

2016/02/24

80 anos d' O Mosquito na Biblioteca Nacional

Até ao dia 29 de fevereiro estará patente na Biblioteca Nacional uma mostra sobre a revista portuguesa de banda desenhada, *O Mosquito*. Criada a 14 de janeiro de 1936 pelas mãos de António Cardoso Lopes e Raul Correia, teve um enorme sucesso até desaparecer em 1953. Esta mostra inclui uma coleção representativa dos 17 anos desta revista.

2016/03/02

30 anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

A BAD assinala os 30 anos do lançamento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, através da realização de uma sessão pública que terá lugar no dia 11 de março, no Museu de Design e Moda (MUDE), pelas 15 horas. Comemora-se, desta forma, um projeto que transformou o acesso à cultura e à informação em Portugal. A entrada é livre, mas deve ser feita uma inscrição prévia.

2016/03/09

Exposição virtual: "As aves no Museu Virtual da Educação"

Visite a exposição sobre aves taxidermizadas, utilizadas como apoio e modelo anatómico nas aulas de ciências naturais.

“As aves são vertebrados bípedes, endotérmicos e ovíparos, caracterizando-se por terem o corpo coberto de penas, possuem bico, asas e ossos pneumáticos. Distribuem-se por todo o globo terrestre e são reconhecidas mais de 10.000 espécies diferentes da ordem passeriforme, a que inclui o maior número de espécies dentro do grupo das aves. A utilização de aves taxidermizadas em ciências naturais foi uma constante ao longo de vários anos de ensino, permitindo a observação de características morfológicas dos referidos animais. Através deste sistema de conservação tentou-se despertar a curiosidade e a motivação dos alunos, constituindo uma mais-valia nos casos de crianças com necessidades educativas especiais. Do conjunto apresentado constam aves domésticas, como galo, aves comuns, como o corvo ou a gaivota e aves exóticas. São provenientes de escolas espalhadas por todo o país e fazem parte

de coleções mais ou menos vastas que incluem aves de todo o mundo, testemunhos da importância dada às coleções museológicas escolares.”

2016/03/16

Peça do mês de março

Lâmpada de arco voltaico

Trata-se de um dispositivo instalado numa caixa metálica com possibilidade de ser colocado em posição vertical ou horizontal por recurso a uma haste de um estativo. Funciona com 70 V no máximo, tendo para o efeito uma resistência própria, exterior ao aparelho e independente dele, não podendo estar ligado diretamente a redes de 125 ou 220 V. A porta lateral interrompe o circuito quando se abre. Vem acompanhado pela referida resistência em série para corrente alternativa de 220 V, que possui 26,7 e 6 A, constituída por uma caixa com paredes de rede, pintada de preto, com 33 cm de comprimento, 12 cm de largura e 17 de altura, e com quatro pés com orifícios para se poder fixar numa mesa.

Tem igualmente anexos vários lápis de carvão (grafites), de 16 cm de comprimento e 6 mm de diâmetro, ou 19 cm de comprimento e 5 mm de diâmetro.

Está inventariada com o número ME/402631/692 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária D. Leonor.

A lâmpada de arco voltaico, precursora das modernas lâmpadas, foi inventada no início do século XIX, por H. Davy. Este demonstrou que num circuito elétrico, alimentado por uma potente bateria (com dois bastões de carbono nas extremidades) em contacto mecânico inicial, e após o encerramento do arco, a passagem da corrente elétrica gerava um arco voltaico com alta luminosidade. Este tipo de lâmpada foi utilizado na iluminação pública e em projetores cinematográficos, como é o caso deste exemplar.

2016/03/23

BibliotecAtiva: "Transformar as bibliotecas públicas portuguesas"

A segunda edição do Fórum BibliotecAtiva irá decorrer nos dias 6 e 7 de abril, com o apoio da DGLAB. O tema será "Transformar as bibliotecas públicas portuguesas" e está estruturado em quatro painéis e oito seminários, orientados por um dinamizador.

2016/03/30

Jornada "Arquivistas e Investigadores: o diálogo necessário."

No próximo dia 9 de maio, a Delegação Regional do Norte da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) organiza a Jornada "Arquivistas e Investigadores: o diálogo necessário". Através deste evento procura-se responder a questões relacionadas com as necessidades de informação dos utilizadores dos espaços de documentação.

2016/04/06

Clavis Bibliothecarum: Catálogo e Inventário de Livrarias e Instituições Religiosas em Portugal até 1834

O site *Clavis Bibliothecarum* é um complemento do trabalho de investigação de Luana Giurgevich e Henrique Leitão, cujo objetivo é facilitar o acesso à cópia digital integral dos documentos que constam da obra. Aqui poderá aceder a documentos originais on-line, originais que se encontram na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca Pública de Évora.

2016/04/13

Peça do mês de abril

Luneta de Galileu

Modelo de luneta de Galileu, a 1/8 do tamanho natural. É constituída por um suporte formado por pé vertical e base redonda, a que se liga uma régua horizontal com indicação do trajeto do raio luminoso e onde deveriam estar dois suportes cilíndricos de latão, com duas lentes com o mesmo eixo vertical, inseridas: a objetiva (convergente) e uma ocular (divergente).

Está inventariada com o número ME/400348/142 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho.

Galileu Galilei (1564 – 1642) não foi o criador da luneta, mas melhorou os projetos já conhecidos, nomeadamente o de Hans Lippershey (1570 – 1619) que registou esta invenção em 1608. Não era projeto novo, uma vez que na Grécia Antiga já eram conhecidas as propriedades do vidro para aumentar as imagens.

Em 1609 Galileu melhorou o objeto em questão, permitindo uma ampliação até 30 vezes, utilizando a luneta de forma científica e fazendo importantes descobertas astronómicas.

Este objeto constitui a base da luneta de Galileu formada por uma lente convergente (geralmente biconvexa) que funcionava como a objetiva e por uma lente divergente (côncava) que servia de ocular. Através desta lente ocular os raios convergentes que provinham do objeto eram interceptados e transformados em raios paralelos, permitindo a formação de uma imagem virtual ampliada e reta.

2016/04/18

Encontro "Arquivos da Administração Pública"

O Encontro "Arquivos da Administração Pública" irá decorrer nos dias 2 e 3 de julho na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, organizado pelo Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e Tecnologia e Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. A data limite para a apresentação de propostas de comunicação foi alargada para o dia 1 de junho. O objetivo deste encontro é criar bases para o tratamento e divulgação do património arquivístico da administração pública; fomentar a importância destes arquivos na preservação da memória nacional; dar a conhecer políticas, metodologias e instrumentos de gestão; e identificar constrangimentos à gestão informacional nos organismos da função pública.

2016/04/20

Exposição virtual "Os peixes no Museu Virtual da Educação"

Visite [aqui](#) a exposição virtual sobre o tema "Os peixes no Museu Virtual da Educação", uma seleção de vários objetos museológicos utilizados em contexto das práticas pedagógicas de ciências naturais.

“Os peixes são vertebrados que vivem em meio aquático (doce ou salgado) e incluem 24 mil espécies. Apresentam características distintas de outros animais e adaptadas ao seu habitat, como é o caso do corpo hidrodinâmico e coberto de escamas, que favorece a deslocação na água, a existência de barbatanas e musculatura segmentada. Para além disso, na maior parte dos casos, os peixes respiram através de brânquias ou guelras. Existem duas classes distintas de peixes: os cartilagosos e os ósseos. Os peixes ósseos constituem cerca de 95% do total das espécies, desenvolvendo-se em água doce ou salgada. O seu esqueleto é predominantemente ósseo e têm quatro pares de fendas branquiais. Os peixes cartilagosos são mais abundantes em água salgada e possuem esqueleto cartilaginoso e leve e cinco pares de fendas braquiais, entre outras.

Nesta exposição são apresentados peixes utilizados para estudo e observação de características morfológicas dos referidos animais em contexto de sala de aula. A sua forma de conservação é distinta: existem peixes taxidermizados e peixes conservados em líquido, consoante as suas características. Do conjunto apresentado constam espécies mais comuns e outras mais raras.”

2016/04/27

12º Encontro Nacional de Arquivos Municipais

O 12º Encontro de Arquivos Municipais irá realizar-se em Castelo Branco nos dias 14 e 15 de outubro, subordinado ao tema "Arquivos Municipais: o que há de novo?". Como tal a BAD e o Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais convidam todos os interessados a apresentar propostas de comunicação ou de poster até ao dia 31 de maio. Os temas em destaque são: reestruturação da administração local, interoperabilidade nos sistemas de informação, desmaterialização da informação e organização e uso da informação.

2016/05/04

Jornadas Ibero-Americanas de Arquivos Municipais

Lisboa, 1 a 3 junho 2016
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
AUDITÓRIO 3

Ibero-Americanas
Jornadas
de Arquivos Municipais
Reinventando os Arquivos no séc. XXI

Nos dias 1 a 3 de junho irão realizar-se as Jornadas Ibero-Americanas de Arquivos Municipais, na Fundação Calouste Gulbenkian, promovendo a partilha de experiências de várias instituições. No âmbito da celebração do Dia Internacional dos Arquivos, a 9 de junho, o Arquivo Municipal de Lisboa organiza estas jornadas sob o tema: reinventando os arquivos no século XXI. A entrada é livre, mas requer inscrição até ao dia 22 de maio.

2016/05/12

Exposição na Sala de leitura da Secretaria-Geral da Educação e Ciência: Professora Maria Margarida Lucas Leal

Inaugura hoje na sala de leitura da Secretaria-Geral da Educação e Ciência uma exposição do espólio museológico da Professora Maria Margarida Lucas Leal. Contempla materiais didáticos elaborados pela própria Professora, numa época em que os materiais de apoio pedagógico escasseavam. Estará patente até ao final de maio.

2016/05/18

18 de maio - Dia Internacional dos Museus

A 18 de maio celebra-se o Dia Internacional dos Museus e nesse âmbito 79 museus, monumentos e palácios da Direção-Geral do Património Cultural têm entrada gratuita e diversas atividades. Na Noite dos Museus, a 21 de maio, os museus estarão igualmente abertos gratuitamente a partir da 17h30.

2016/05/25

Peça do mês de maio

Mesa de Altar

Altar envernizado, constituído por base paralelepípedica simples. Nos topos, em posição recuada, duas peças paralelepípedicas servem de plinto a dois pares de colunas geminadas, compostas, cada uma delas, por três colunas cilíndricas. Segue-se a mesa de altar constituída por plataforma paralelepípedica, com o mesmo comprimento e largura da base. Ao centro, possui cavidade quadrangular, com pedra de ara.

Está inventariada com o número ME/400348/55 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho.

O altar é uma plataforma alta, semelhante a uma mesa, cuja origem remonta à Última Ceia. Durante a missa, é o centro da celebração, o local onde se colocam o pão e o vinho que se tornarão Corpo e Sangue de Cristo, ou seja, é nele que se celebra a Eucaristia.

A mesa de altar pode ser feita em diversos materiais (pedra, madeira ou outro tipo de material sólido) e ter diferentes tamanhos, estando geralmente coberta com uma toalha branca.

2016/06/01

2.º Seminário de Preservação Comum de Património Digital

Nos dias 20 e 21 de junho, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e Bibliotecas (DGLAB) vai organizar o 2.º Seminário de Preservação Comum de Património Digital. Este seminário visa o debate transversal sobre a preservação do património digital, a viabilidade, concretização e sustentabilidade da constituição de uma rede comum.

2016/06/14

Peça de mês de junho

Mostruário de molduras

Mostruários com doze molduras de madeira (do fabricante), que servia como modelo para os alunos reproduzirem, no âmbito dos trabalhos de marcenaria realizados nas aulas de marcenaria.

Está inventariada com o número ME/ESMC/239 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Machado de Castro.

Este modelo destinava-se à prática letiva de marcenaria, ou seja, a arte de transformar a madeira num objeto útil ou decorativo. Para além da vertente criativa, o marceneiro deve ter um vasto conhecimento do uso a dar às ferramentas, máquinas e materiais.

Neste caso trata-se de vários exemplares de molduras, ou seja, de caixilhos de madeira utilizados para guarnecer quadros, espelhos, etc. A moldura é uma proteção externa elaborada em diferentes materiais sendo os mais comuns a madeira, o metal ou a pedra. Pode-se fazer uma distinção entre a moldura artística e a moldura utilizada na construção civil (caixilhos).

2016/06/22

Encontro Curadoria Digital - Estratégias e Experiências

Nos próximos dias 29 e 30 de junho irá decorrer o Encontro Curadoria Digital - Estratégias e Experiências, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Neste âmbito, incluem-se temas como a gestão da informação desde a sua produção em ambiente digital até à preservação digital que serão aqui debatidos por profissionais de várias áreas.

2016/06/29

Espólio Faria de Vasconcelos - Secretaria-Geral da Educação e Ciência

A Secretaria-Geral da Educação e Ciência é detentora de um importantíssimo espólio *bibliográfico vs arquivístico* de António Sena Faria de Vasconcelos (1880 - 1939). O espólio bibliográfico está integrado na coleção da Biblioteca Histórica (MESGBHE), deste contam 1.667 exemplares de pedagogia, educação e outras áreas do conhecimento afins (cotados FV). A cotação FV permite-nos reagrupar todo o acervo bibliográfico quer fisicamente, quer virtualmente (o cliente terá acesso sequencial a todos os documentos, para além deste facto, qualquer documento pode ser pesquisado *per si*). Existem ainda 51 exemplares que foram distinguidos com a cota FV, este facto deve-se à data de edição dos documentos *post mortem* Faria Vasconcelos.

A importância desta coleção bibliográfica, para além do valor epistemológico, reside na seleção personalizada de Faria de Vasconcelos – preocupações pedagógicas da época de então. Para além da coleção bibliográfica, a parte do fundo arquivístico, à guarda da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, foi classificada em sete séries: (i) *Correspondência*; (ii) *Imprensa*; (iii) *Recortes de*

imprensa; (iv) Textos escritos; (v) Cursos, lições de aprendizagem; (vi) Conferências; (vii) Diversos e Inquéritos e sindicâncias.

Na *série Correspondências* conta a correspondência recebida e expedida entre o Presidente da Oficina de Teatro, Diretor-geral do Ensino Superior e Belas Artes, Reitor da Universidade de Coimbra e Subsecretário de Estado da Juventude e Desportos, respeitante ao pedido de autorização para a realização da digressão e pedido de subsídio. Na série seguinte, *Imprensa*, são descritos recortes de imprensa com artigos de Faria de Vasconcelos e/ou sobre si e a sua obra enquanto pedagogo; jornais e/ou partes de jornais da época. Por sua vez, na série *Recortes de imprensa* contém recortes de jornais de publicação de conferências, palestras e discursos de Faria de Vasconcelos proferidos no exercício das suas funções oficiais e/ou sobre o seu pensamento enquanto pedagogo. Contém, ainda, escritos vários sobre o autor e a sua obra publicados em jornais, alguns já depois da sua morte.

Da série *Cursos, lições de aprendizagem* destacam-se o "Curso de Psicologia Experimental" da autoria de Faria de Vasconcelos, organizado pela Sociedade de Estudos Pedagógicos (impresso); Listagem de examinandos e respetivas classificações; Apreciação das aprendizagens de alunos; "Lições em 1930" no Instituto de Reeducação (textos dactilografados).

Destacam-se, ainda, da série *Conferências* seis volumes encadernados com conferências, tese e notas com os seguintes títulos: *Três Conferências sobre Oliveira Martins* (2 vol.); *La Aviación; Cualidades del Aviador; Lo que debe ser un Professor; O Movimento da Orientação e da Selecção Profissional; Notas sobre S. Tomás de Aquino, S. Boaventura, S. Alberto Magno; Selecção Moral* (apresentado pelo autor no Congresso do Ensino Secundário, a convite da Associação dos professores dos Liceus); *As Sanções em Educação* (tese apresentada no Congresso Internacional de Proteção à Infância, efetuado em Paris, de 19 a 22 de Julho de 1937).

Para ter uma ideia mais consistente da importância deste espólio, a breves traços, esboçaremos o perfil psicológico de Faria de Vasconcelos – António de

Sena Faria de Vasconcelos, filho e neto de magistrados, nasceu em Castelo Branco, frequentou em Braga o Colégio do Espírito Santo, de missionários franceses, o que pode explicar a sua não contaminação pelo positivismo reinante na Universidade de Coimbra, onde se licenciou em direito começando durante o curso uma especialização em ciências sociais (1900). Em 1904 doutorou-se em Ciências Sociais na Universidade Nova de Bruxelas (cisão progressista de 1894 a 1918 da Universidade Livre de Bruxelas), onde exerceu atividade docente (1904-1915) e a partir da qual desenvolveu atividades de extensão universitária, de membro da Sociedade Belga de Pedotecnia e se integrou no movimento da “educação nova”.

Em 1912, nos arredores de Bruxelas, Faria de Vasconcelos criou a Escola Nova de Bierges-lez-Wavre, considerada uma “Escola Nova modelo” por Adolphe Ferrière. A experiência pedagógica de Bierges funcionou apenas em 1912-13 e 1913-14 na Bélgica, foi dada a conhecer em Genève através de conferências e do livro *Une école nouvelle en Belgique* (1915), sendo o suficiente para deixar um pequeno, mas intenso rasto luminoso na História da Educação (Cfr. Rodrigues e Rodrigues, 2005:4960).

Bibliografia:

BANDEIRA, Filomena (2003). Vasconcelos Cabral Azevedo, António Sena Faria de. *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Asa.

CUNHA, António Augusto Oliveira (1997). *Faria de Vasconcelos: pensamento e acção pedagógica*. Dissertação de mestrado. Braga: Universidade do Minho.

FERRIÈRE, Adolphe (1915). Préface. VASCONCELOS, António FARIA DE (1915). *Une école nouvelle en Belgique*. Paris e Neuchâtel: Delachaux & Niestlé e Librairie Fischbacher.

GOMES, Joaquim FERREIRA (1980). A. Faria de Vasconcelos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XIV, p. 231-255. [*Estudos de história e de pedagogia*. Coimbra: Almedina, 1984.]

RODRIGUES, Carlos Meireles; RODRIGUES, Abel Martins, (ca 2005). Para uma análise da Escola Nova de Faria de Vasconcelos (1880-1939) [on-line]. [Consulta: 21 maio 2016].

2016/07/06

Biblioteca digital Luso-Brasileira

Numa iniciativa das Bibliotecas Nacionais do Brasil e de Portugal, a Biblioteca digital Luso-Brasileira integra-se num esforço de digitalização das duas bibliotecas, dando uma nova dimensão e visibilidade aos conteúdos culturais dos dois países. O projeto conta já com 60 mil títulos que correspondem a 13 milhões de imagens de materiais bibliográficos de todas as épocas e géneros.

2016/07/07

Exposição na Sala de Leitura da Secretaria Geral da Educação e Ciência: "Ciências Naturais - Botânica"

De 7 de julho a 15 de agosto estará disponível na sala de leitura da Secretaria Geral da Educação e Ciência uma exposição sobre o tema "Ciências Naturais - Botânica". Contempla imagens parietais e espólio da Escola Secundária Afonso Domingues, bem como várias obras dedicadas ao tema.

“O estudo das ciências naturais, mais concretamente a área da botânica, apoiou-se, desde muito cedo, na existência de imagens parietais e manuais escolares. As imagens permitiam uma visualização que englobava todos os alunos e os

manuais, para além da beleza e rigor das imagens, constituíam a base do estudo dos programas em vigor.

As imagens parietais provenientes da Escola Secundária Afonso Domingues (Secretaria-Geral da Educação e Ciência) constituem um espólio de enorme valor didático e científico, não só pelo seu valor educacional, mas também pelo rigor científico e perfeição artística. A grande maioria dos parietais são da autoria de Jung-Koch-Quentell, os apelidos dos três cientistas responsáveis: Friedrich Quentell, naturalista; Gottlieb von Koch, desenhador/ilustrador; e Heinrich Jung, naturalista. Trabalharam durante muitos anos para a editora alemã Hagemann que fornecia material didático para as escolas. O objetivo era criar quadros universais, sem texto, facilmente interpretáveis pelos professores em qualquer língua. Os princípios subjacentes a estes quadros, que datam do início do século XX, eram as cores naturais e o seu tamanho, suficientemente grandes para serem vistos claramente por toda a turma.

Estes quadros representam imagens de plantas, quer no seu habitat natural, quer em pormenores de grande precisão. Aspectos como a anatomia interna das espécies, os cortes laterais e frontais, bem como o processo de fertilização são extremamente rigorosos e mostram uma enorme riqueza cromática.”

2016/07/12

Peça do mês de julho

Obelisco

Maqueta de um obelisco executada em metal. É composto por uma sucessão de formas paralelepípedicas e tronco piramidais sobrepostas, com alturas diferentes, encimadas por uma esfera rematada superiormente por um elemento em forma de V. Numa face do terceiro elemento paralelepípedo encontra-se o escudo com as cinco quinas. A maqueta do obelisco está apoiada numa base de madeira. Fixa à face superior desta, uma chapa de latão com o número "1991" gravado.

Está inventariado com o número ME/400270/661 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Jácome Ratton.

O obelisco é um monumento comemorativo, mais típico da arquitetura do Antigo Egipto, constituído por um pilar de pedra de forma quadrangular afunilado no topo. Geralmente tinha inscrições nos seus quatro lados. Este tipo de escultura foi difundido por todo o mundo e são vários os monumentos que atualmente apresentam esta forma.

2016/07/19

Mostra "Ferreira de Castro - 100 anos de vida literária"

A Biblioteca Nacional organiza uma Mostra sobre o tema "Ferreira de Castro - 100 anos de vida literária" que poderá ser visitada até ao dia 29 de julho. José Maria Ferreira de Castro (1898 - 1974) é um dos autores portugueses com o mais número de obras traduzidas em todo o mundo.

2016/07/27

Exposição: "Mário de Sá-Carneiro, "o homem são louco"

Integrada nas comemorações da obra de Mário de Sá-Carneiro (1890-1916), a Biblioteca Nacional disponibiliza até ao dia 31 de agosto uma exposição com várias publicações deste autor. O catálogo da exposição inclui uma antologia de textos e algumas surpresas.

2016/08/03

Exposição: "A saltar do livro. Livros Pop-Up".

Até ao dia 9 de setembro poderá visitar a exposição "A saltar do livro. Livros Pop-Up" disponível na Biblioteca Nacional, sendo o resultado do encontro de dois colecionadores de livros do género, André Garcia Pimenta e Catarina Figueiredo Cardoso. "Pop-Up", em português "aparecer" ou "surgir" é um termo inglês para designar livros em que a abertura de uma página faz com que vários elementos recortados e dobrados se levantem, criando uma figura tridimensional.

2016/08/10

Programa ADAI - Abertura da XIX Convocatória de Ajudas ao Desenvolvimento de Projetos Arquivísticos Iberarchivos

O programa ADAI (Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-americanos) é uma iniciativa que pretende apoiar o património documental do espaço cultural Ibero-americano, ao nível da facilidade de acesso, organização, descrição, conservação e difusão desse património. Através deste programa, cujas candidaturas se encontram a decorrer até 30 de setembro, é possível a concessão de ajudas para o desenvolvimento dos arquivos ou outras instituições e para a capacitação de técnicos.

2016/08/17

Peça do mês de agosto

Piano

Instrumento musical utilizado em contexto das práticas pedagógicas de Música. Trata-se de um piano de cauda, testemunho da importância que a música ocupava no espaço escolar. O piano é um instrumento de percussão em que som é produzido quando os martelos tocam nas cordas, ativados através do teclado.

Está inventariado com o número ME/401109/870 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Camões.

O piano, semelhante ao que conhecemos atualmente, foi referenciado em 1711 quando da sua apresentação em Florença por Bartolomeo Cristofori. A produção do som é feita através de peças em madeira cobertas por feltro (martelos) que são ativadas pelo teclado (constituído por cerca de 88 teclas) e que tocam em cordas que estão presas a uma estrutura. A vibração da corda, após ser premeida, produz o som.

O piano é um instrumento versátil que pode apresentar duas versões: piano de cauda e piano vertical. No caso do primeiro, a armação e cordas estão colocadas horizontalmente, o que faz com que ocupe um espaço bastante considerável, entre 1.80 e 3 metros, sendo mais adequado para salas de espetáculos ou para espaços com áreas de grandes dimensões.

2016/08/24

Exposição "Cervantes - a figura que se esconde por detrás da obra"

A Biblioteca Nacional celebra o 4.º centenário da morte de Miguel de Cervantes (1547 - 1616) através da apresentação de algumas edições dos séculos XV e XVI da sua obra. Patente ao público até ao dia 9 setembro, esta mostra inclui algumas obras de referência no mundo da literatura universal.

2016/08/29

Exposição na Sala de Leitura da Secretaria-Geral da Educação e Ciência: "Ciências Naturais - O corpo humano"

Encontra-se na sala de leitura da biblioteca da Secretaria-Geral da Educação e Ciência mais uma exposição com o título: "Ciências Naturais - O Corpo Humano (Espólio museológico e biblioteconómico da Secretaria-Geral da Educação e Ciência)". Esta mostra estará disponível até ao final do mês de setembro.

(Espólio museológico da Escola Secundária Afonso Domingues)

“O estudo do corpo e da anatomia é um ramo da biologia, cujo objeto de estudo é a estrutura interna e externa dos seres vivos. A anatomia humana constitui um campo específico, focado no estudo das estruturas e sistemas do homem.

Esta ciência desenvolveu-se inicialmente através da dissecação de cadáveres, que permitia a visualização e o estudo do corpo humano. No entanto, os preconceitos religiosos dificultaram durante muito tempo este tipo de prática, o que se refletiu num avanço lento desta ciência. Durante os séculos XVIII e XIX assistiu-se ao aparecimento dos primeiros modelos anatómicos que, paralelamente à prática da dissecação, se tornaram extremamente minuciosos e realistas, apresentando o corpo humano de forma precisa ou algumas partes do corpo aumentadas com grande pormenor e realismo.

O desenho do corpo humano, seja em imagens de pormenor, aumentadas ou esquematizadas vai ganhando importância ao nível do ensino, quer através de manuais escolares, quer nas imagens parietais.

As imagens parietais presentes nesta exposição foram publicadas pelo Deutsches Hygiene-Museum (Dresden, Alemanha), criado em 1912 e dedicado à medicina, ao estudo e difusão da anatomia humana e dos cuidados de saúde. Incluem desde a representação da célula até ao esqueleto humano em tamanho natural.”

2016/08/31

Jornada "Proteção e segurança de dados versus direito à informação na era digital: um paradoxo?"

No próximo dia 23 de setembro realiza-se em Ponte de Lima a jornada sobre o tema "Proteção e segurança de dados versus direito à informação na era digital: um paradoxo?". Numa parceria ente o Município de Ponte de Lima, a Delegação Norte da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e a Asociación de Profissionais dos Arquivos, Bibliotecas, Museos e Centros de Documentación de Galicia, pretende-se debater os novos desafios da era digital com a crescente produção de informação.

2016/09/05

Biblioteca de Arte Equestre D. Diogo de Bragança - Palácio Nacional de Queluz

Inaugurada em Abril de 2015, a Biblioteca de Arte Equestre D. Diogo de Bragança, 8º Marquês de Marialva, sediada no Palácio Nacional de Queluz, tem como missão a divulgação e conservação do espólio de D. Diogo de Bragança, disponibilizando recursos bibliográficos, maioritariamente no domínio da Arte Equestre, nomeadamente nas áreas da Equitação Clássica, Equitação Militar, Equinicultura e Hipiatria, mas também em temáticas relacionadas como a Caça ou a Tauromaquia, caracterizados pela sua diversidade, raridade e interesse artístico.

É constituída por uma coleção valiosa de cerca de 1500 títulos, manuscritos e impressos, datados do séc. XVI ao séc. XX e 200 gravuras e estampas originais,

reunida ao longo da vida de D. Diogo de Bragança (1930-2012), ele próprio um exímio cavaleiro e especialista em Arte Equestre, assim como autor de várias publicações, internacionalmente reconhecidas.

O acesso ao acervo documental é livre e gratuito (mediante marcação prévia), para investigadores, historiadores e estudantes.

A Biblioteca encontra-se, também, aberta ao público visitante em geral, através do circuito de visita.

2016/09/14

**Conferência na Secretaria-Geral da Educação e Ciência:
"Doenças e doentes na História de Portugal, da Fundação à
Carreira da Índia: mitos ou realidades?" por Cristina Moisão**

No próximo dia 21 de setembro, pelas 16.30, realizar-se-á no Auditório da Secretaria-Geral da Educação e Ciência a conferência "Doenças e doentes na História de Portugal, da Fundação à Carreira da Índia: mitos ou realidades?", por Cristina Moisão. A entrada é gratuita, mas as inscrições são obrigatórias e sujeitas à capacidade da sala, podendo ser efetuadas por email (dsda@sec-geral.mec.pt). Esta conferência insere-se no ciclo "Em redor da memória".

2016/09/21

Peça do mês de setembro

Pistola de Volta

Instrumento utilizado no Laboratório de Física para fins pedagógicos. A pistola de Volta serve para demonstrar a ignição de uma mistura gasosa por uma descarga elétrica.

Este aparelho é constituído por um tubo cilíndrico de metal, onde se insere uma mistura de álcool e ar. O tubo é fechado hermeticamente com uma rolha de cortiça, e na lateral tem um parafuso metálico que termina exteriormente numa esfera metálica (botão). Numa das extremidades, o tubo possui uma pega em madeira, pintada de preto, e na ponta oposta apresenta uma argola onde se prende um cordel no qual se fixa a rolha, de modo a travar a sua projeção. Aproximando a pistola de uma máquina elétrica, o botão exterior e a pistola eletrizam-se negativamente; no interior a ponta do parafuso, por influência eletriza-se positivamente e devido à proximidade com o tubo, provoca uma faísca que faz incendiar o álcool e saltar a rolha, produzindo um ruído semelhante a um tiro.

Está inventariada com o número ME/402308/122 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Moura.

Alessandro Giuseppe Antonio Anastasio Volta (1745—1827) foi um físico italiano, conhecido pela invenção da pilha elétrica. Volta nasceu em Como, na Itália, onde fez os seus estudos. A família desejava que seguisse a vida eclesiástica, pelo que ingressou na escola jesuíta. No entanto, Volta optou pelo estudo da física e abandonou a carreira eclesiástica.

Entre 1776 e 1778 realizou vários estudos sobre a química dos gases, tendo conseguido isolar o metano. Em 1779 tornou-se professor de física na Universidade de Pavia, cargo que ocupou durante 25 anos. Os inventos e investigações de Volta foram fundamentais para o avanço da ciência na área da eletricidade.

2016/09/28

Ação de formação: "Metodologia para a elaboração de relatórios de avaliação de documentação acumulada"

Nos próximos dias 3 e 4 de outubro irá decorrer em Lisboa a ação de formação "Metodologia para a elaboração de relatórios de avaliação de documentação acumulada". Ministrada pela Dra. Paula Ucha, dirige-se a profissionais de arquivo, tendo como objetivo compreender a metodologia de avaliação de documentos aquando da inexistência de uma Portaria de Gestão Documental.

2016/10/04

12º Encontro Nacional de Arquivos Municipais

Na sequência da notícia já publicada no blogue, relembramos a realização do 12º Encontro Nacional de Arquivos Municipais, a 14 e 15 de outubro, promovendo o debate e a reflexão entre os profissionais da área. Os temas em debate serão a reestruturação da administração local, a interoperabilidade nos sistemas de informação, a desmaterialização da informação e da organização ao uso da informação.

2016/10/12

Colóquio "Três décadas de Bibliotecas Públicas"

O Colóquio "Três décadas de Bibliotecas Públicas" irá realizar-se no dia 22 de outubro, na Biblioteca Almeida Garrett, no Porto, entre as 11.00 h e as 18.00 h. A sessão incluirá debates e apresentação de projetos inovadores na área de biblioteconomia.

2016/10/19

Peça do mês de outubro

Protótipo de carro

Protótipo de carro movido a energia solar, realizado na oficina de mecanotecnia, no âmbito das práticas pedagógicas. Trata-se de um veículo simples ao qual está acoplado um painel de energia solar que permite o seu funcionamento através da utilização de energias renováveis.

Está inventariada com o número ME/401754/163 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária com 3º ciclo de Ferreira Dias.

Um protótipo é o resultado de um projeto ou de uma fase de testes. Neste caso, este protótipo resultou de uma série de experiências efetuadas no decorrer da prática letiva. A diferença entre um protótipo e uma maquete é o seu tamanho: o protótipo é feito em tamanho natural e pode ser utilizado na realização de experiências e testes.

Promovendo a utilização das energias renováveis e não poluentes, os autores desta peça optaram pela energia solar, que pode ser convertida de várias formas em energia, regenerando-se por meios naturais.

2016/10/25

Exposição "Balanças - Instrumentos de medida"

Encontra-se patente ao público uma nova exposição na sala de leitura da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, com o tema "Balanças - Instrumentos de medida". É possível visualizar vários exemplares de balanças pertencentes ao espólio da já extinta Escola Secundária Afonso Domingues.

"Balanças – Instrumentos de medida – Breve história

Nos primeiros tempos da nacionalidade portuguesa, as unidades de medida eram fixadas por carta de foral, não existindo preocupações de uniformidade de padrões, variáveis de região para região. A primeira lei de metrologia foi aprovada em 1253, com D. Afonso III. A "lei da almotacaria" definiu as unidades legais, o controlo metrológico e a autoridade competente, o almotacé (do árabe al-muhtasib), para gerir e controlar a aplicação da lei. No entanto, os padrões locais continuavam a ser utilizados, criando conflitos comerciais. Com a

consolidação do Estado, procedeu-se a primeira uniformização dos padrões nas Cortes de Elvas de 1361.

As Ordenações Manuelinas (1499) determinaram uniformização das unidades de medida para o peso e instrumentos de pesar, medidas para os vários ofícios, e a adoção da vara e do côvado de Lisboa, reforçando-se ainda as competências dos almotacés. D. Manuel mandou fundir em bronze conjuntos de pesos que se encaixavam uns nos outros, que foram distribuídos por todos os concelhos do país.

A reforma de D. Sebastião procedeu à uniformização das medidas de capacidade, distribuindo cópias dos padrões reais de medidas de capacidade de secos e de líquidos às principais localidades do reino. Sucedem-se, outras reformas que determinaram a evolução dos pesos e das medidas em Portugal até à adoção do sistema métrico, a partir de 1791, com a Revolução francesa. Este é baseado nos princípios da Universalidade (igual para todos os países) e da Simplicidade (baseado em unidades elementares como o metro, definido como a décima milionésima parte do quarto do meridiano terrestre, e o quilograma). Em 1859, é adotado em Portugal o sistema métrico, passando esta matéria a integrar os currícula do ensino. Em 1860 Fontes Pereira de Melo promulga o Regulamento Geral dos Liceus e estabelece a uniformização dos compêndios utilizados, passando a escola a ser o local privilegiado para a divulgação destas matérias.”

2016/10/26

1º Encontro BAD ao Sul: Experiências e Desafios

**1º encontro
BAD ao sul**
| experiências e desafios

3 DE NOVEMBRO DE 2016
Biblioteca Municipal de Beja
José Saramago

No dia 3 de novembro decorrerá o 1º Encontro BAD ao Sul: experiências e desafios, que reúne profissionais de centros de documentação e arquivo, em especial da zona sul. Com o objetivo de dar a conhecer o trabalho desenvolvido nestas áreas, este encontro terá lugar na Biblioteca Municipal de Beja - José Saramago.

2016/11/02

Cem tesouros da Biblioteca Pública do Porto em cenário contemporâneo

“A exposição "Cem tesouros da Biblioteca Pública do Porto em cenário contemporâneo" foi inaugurada no início de setembro e estará patente ao público até ao dia 13 de novembro na Galeria Municipal no 1º piso do edifício da Biblioteca Municipal Almeida Garrett. Trata-se de uma oportunidade única de visualizar obras de grande referência, divididas em 12 núcleos temáticos e cronológicos. Para mais informações consulte o [site](#). (Imagem retirada de <http://www.bad.pt/noticia/2016/09/27/cem-tesouros-da-biblioteca-publica-do-porto-em-cenario-contemporaneo/>)”.

2016/11/09

**Conferência na Secretaria-Geral de Educação e Ciência: "A
Arquitetura Escolar: os Liceus da República"**

No próximo dia 15 de novembro pelas 17:15h realizar-se-á no Auditório da Secretaria-Geral da Educação e Ciência a conferência "A Arquitetura Escolar: os Liceus da República", por Alexandra Alegre. A entrada é gratuita, mas as inscrições são obrigatórias e sujeitas à capacidade da sala, podendo ser efetuadas por email (dsda@sec-geral.mec.pt).

**Arquitectura Escolar: os Liceus da República
Alexandra Alegre**

Passos Manuel

Camões

Pedro Nunes

Alexandre Herculano

Maria Amália Vaz de Carvalho

Rodrigues de Freitas

Alexandra Alegre alexandraalegre@tecnico.ulisboa.pt
CERIS, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

2016/11/16

Peça do mês de novembro

Trotineta

Trotineta elaborada pelos alunos de uma das turmas da escola, no âmbito das práticas pedagógicas de Trabalhos Manuais. A trotineta é um brinquedo constituído por uma tábua montada em duas rodas em linha, e munida de uma haste com guiador que dirige a roda da frente.

Está inventariada com o número ME/403910/57 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Arouca.

Este brinquedo foi inicialmente criado na Alemanha dos anos 20 e tratava-se de um veículo utilizado pelos adultos. Com a sua dupla faceta, meio de locomoção/ desporto, a trotinete captou adeptos em todo o mundo e começou a destacar-se sobretudo a partir dos anos 90.

Desde que passou a ser produzida em materiais mais leves e se abandonou a madeira, a trotinete sofre um enorme impulso tornando-se prática e leve de transportar, utilizada quer por crianças, quer por adultos.

2016/11/23

Artigo: "O Mein Kampf terá lugar numa biblioteca pública?"

“Ter o livro certo para a pessoa certa no momento adequado é um objetivo louvável para as bibliotecas. Definir o que é um livro «bom» é uma tarefa muito subjetiva.”

Ann Theis

Qualquer obra literária deverá ter direito a constar do acervo de uma qualquer biblioteca pública entendendo-se, para o efeito, que tal obra seja útil e necessária e sirva os interesses e necessidades do público local que a biblioteca atenda. Não é suposto que uma coleção biblioteconómica (voltada para o público) que se pretende abrangente e inclusiva, seja construída à imagem e semelhança do seu responsável, resultado dos seus interesses ou simpatias, muito menos sob a sombra de uma ideologia política, crença religiosa ou qualquer outra espécie de condicionante. A postura construtiva passa por formar uma coleção que se adegue a servir os propósitos e os interesses da comunidade, seguindo uma política de seleção previamente definida da forma o mais objetiva possível.

Tal situação, porém, ainda nos dias de hoje poderá suscitar espanto, discórdia ou revolta; pois não se encontra ainda totalmente assimilado o facto de que uma biblioteca que se pretenda atual, livre, aberta e democrática, reflita as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua criação (concorde-se, ou não, com o legado herdado). A

prestação efetiva de um serviço público de qualidade na área da informação passa necessariamente – entre outros importantes princípios – por garantir o livre acesso a um fundo documental que se pretende rico e diversificado e que espelhe as diversas tendências, formas de expressão e correntes de pensamento intelectual da humanidade (histórico, político, literário, filosófico, religioso ou outro). Ann Theis, a autora citada na epígrafe deste texto, refere a propósito: *“Muitas definições de ‘boa’ literatura ou ‘boas’ leituras poderiam ser tão calorosamente debatidas como a questão de abate/selecção é debatida, quer pelos bibliotecários, como pelos não bibliotecários. Os livros representam o conjunto do património escrito da civilização... a remoção de alguma coisa é considerada profana”*.

Repositório de um vasto e diversificado conjunto de documentação, a biblioteca pública destaca-se, precisamente, não só pelo forte laço que estabelece com a comunidade que serve e o(s) seu(s) diferente(s) público(s) – crianças; jovens; adultos e idosos – mas por se constituir ela própria como um espaço plural onde as ideias, as opiniões, as crenças políticas ou religiosas, o sexo, a raça, a nacionalidade ou o estrato social não figurarem como fatores discriminatórios. Na biblioteca pública todos são bem-vindos e acolhidos, a todos é dado igual tratamento e liberdade de expressão (naturalmente, dentro dos limites que a lógica de funcionamento da biblioteca imponha), a todos é reconhecido o direito de terem ideias e ideais próprios e diferentes; em suma, a biblioteca pública – enquanto espaço democrático – apresenta-se como um amplo fórum de liberdade, um espaço sem censura, livre, em que o acesso à informação se constitui como um direito básico e natural. Como querer ter pessoas educadas, participativas, interessadas, envolvidas, motivadas... aptas a formar e emitir um juízo crítico sobre as coisas, se lhes for vedado ou restringido o direito à informação?

Por esta ordem de razões, a biblioteca pública – enquanto instituição – assenta em importantes princípios consagrados, de entre os quais cumpre destacar: a *“liberdade de escolha”* – qualquer um deverá ter a possibilidade de aceder aos fundos documentais que são disponibilizados (regime de livre acesso às estantes); a *“gratuidade dos serviços”* – a biblioteca pública sendo financiada

pelo erário público, pelo dinheiro dos contribuintes, é um bem de todos, de toda a população; o “*empréstimo domiciliário*” – porventura o mais nobre dos serviços prestados pela biblioteca pública e que permite que cada um requisite e possa levar consigo as obras que deseja ler; o “*carácter enciclopédico das colecções*” – a biblioteca pública não existe, apenas, para disponibilizar livros ditos “técnico-científicos sérios”; deve pressupor uma oferta generalizada, abrangente, dirigida a toda a gente, sem exceção. É deste modo que se deve falar e entender a abrangência temática das coleções, o carácter genérico das publicações e, mais recentemente, a multiplicidade da tipologia de documentos e a introdução das modernas tecnologias de informação (o novo conceito de mediateca que já não pressupõe, apenas, a abrangência de livros).

O acesso à informação é, hoje, reconhecido como um direito básico do ser humano e o mesmo encontra-se consagrado na Magna Carta das bibliotecas públicas – o *Manifesto da UNESCO Sobre Bibliotecas Públicas* – o qual refere expressamente que: “*a biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros*” (...), sendo que: “*a participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação*”. Nesta última frase encontram-se, porventura, os princípios mais caros à missão da biblioteca pública enquanto lugar privilegiado de educação (aproximando e dando a descobrir o prazer da leitura, apoiando a educação individual e a autoformação); promotor do acesso a uma informação diversificada (quer quanto à forma, quer quanto aos conteúdos) e plural, capaz de responder, em termos de oferta de serviços e consumos culturais, educativos e informativos, às necessidades crescentes da sociedade contemporânea.

O livre acesso às ideias e à total liberdade de expressão são fundamentais no processo educativo e evolutivo do ser humano, e é deste modo que o *Manifesto* (a primeira versão data de 1949) surge intimamente relacionado com a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (adotada e proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1948) a qual, sob o artigo 19.º, consagra que: “*Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e expressão o que implica o*

direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”.

Revelando profundo sentido de dever e respeito por este mesmo princípio, os profissionais de informação em Portugal uniram esforços e, em 1999, apresentaram e adotaram o *Código de Ética* o qual, sob o n.1 (Liberdade Intelectual) consagra que: “*Os profissionais de informação em Portugal são defensores intransigentes do acesso à informação e unem esforços para que esta atitude seja corroborada por uma prática, contínua e exigente, de alerta contra todas as formas possíveis de censura*”, estando-lhes cometidas, entre outras, as seguintes responsabilidades:

1.1. Facilitar o acesso dos utilizadores dos serviços de informação a todo o género de informações publicadas sob qualquer suporte;

(...)

1.6. Explicitar, na definição da política de informação do serviço a seu cargo, que a missão principal deste é a disponibilização da informação, de todos os géneros, em todos os suportes, para todos os utilizadores;

1.7. Não permitir interferências exteriores, que possam impedir ou dificultar o acesso à informação disponível nos seus serviços;

1.8. Não permitir que as suas opiniões pessoais interfiram na liberdade de acesso à informação;

1.9. Opor-se à implementação de qualquer solução tecnológica que possa limitar ou manipular o acesso à informação;

1.10. Elaborar, participar na elaboração, conhecer, apoiar e divulgar a legislação que diz respeito ao direito de acesso à informação sem qualquer interferência.

A censura deve, obrigatoriamente, constar da agenda do profissional bibliotecário. Alertar e educar todos os funcionários de biblioteca para as questões de ética, liberdade intelectual e direito à informação é fundamental para o cumprimento e avanço dos direitos, deveres e missão da biblioteca. Daí que discutir a censura e as ações apropriadas para a combater, resultará mais profícuo existindo uma associação que a nível nacional promova uma política de liberdade intelectual e familiarize os seus membros com o código dessa política. As bibliotecas podem sempre incorporar a política nacional no seu quotidiano e recorrer à “sua declaração de princípios” quando postas perante situações de censura.

Todavia, apesar de todos os esforços para a construção e ampliação de um espaço democrático, promotor do livre debate e do respeito pelo outro, do direito à diferença e à pluralidade, é preciso continuar a tirar lições do passado e a não baixar os braços, pois o fenómeno da censura, se não continuou a prosperar, terá continuado a fazer-se sentir de uma forma sempre latente. O fenómeno da censura não é novo; é, aliás, muito antigo. Veio, contudo, a intensificar-se com o aparecimento da imprensa, altura em que surge sob duas grandes formas: a

censura repressiva e a censura prévia. Desde então, quer na mão do poder eclesiástico, quer na mão do poder civil, a repressão não mais deixou de fazer sentir os seus efeitos sobre o livro. Escrever livros, imprimir livros, publicar livros, vender livros... passou a constituir atividade perigosa e delituosa. Permitir o acesso à leitura de obras banidas nas bibliotecas – alvo de pesadas sanções. Ora, o direito à leitura, à escrita, à partilha da palavra, é uma consequência necessária, um instrumento indispensável e inalienável. Bem o expressou Maria Manuela Cruzeiro quando afirmou que:

“Não pode ser livre quem não está informado do que se passa no mundo em que vive e na sociedade em que está integrado. Não pode ser livre quem não tiver a possibilidade e a capacidade de escolher, entre tudo o que o rodeia, daquilo que mais lhe convém e de que mais gosta. A liberdade, consignada na informação do que existe, é dada ao indivíduo através do que os outros indivíduos produzem nos domínios da ciência, da técnica, da ficção e da arte. Essa liberdade vai-se adquirindo progressivamente desde o berço, desde o ‘ver’ e o ‘ouvir’. Todo o indivíduo tem o direito de dispor da possibilidade de, diretamente pelos seus próprios meios, poder estar informado do que lhe é conveniente ou prejudicial, de poder, por exemplo, na beira de um caminho, saber se a água que corre de uma fonte é própria ou imprópria para beber. Mas quando o indivíduo adquiriu a capacidade de falar, ele adquiriu simultaneamente a necessidade de falar. Impedi-lo de satisfazer essa necessidade é violentá-lo, é escravizá-lo e roubar-lhe a necessidade de exercer um direito. E quando o indivíduo adquiriu a capacidade de ler, adquiriu ao mesmo tempo, não só a necessidade de ler, mas a fome de ler. Porque quanto mais conhecimentos adquire, mais coisas desconhecidas o indivíduo pressente e quer conhecer. Por outro lado, o ser humano é, por excelência, comunicativo. Assim como tem ânsia de conhecimento, tem também ânsia de transmitir esse conhecimento. E quando se impede um indivíduo de comunicar com o seu semelhante, está-se-lhe a roubar o direito à liberdade de comunicação. Por isso, os homens livres condenam a censura.”

É uma citação algo longa, mas que denota – de modo particularmente expressivo e evidente – a necessidade inata a todo o indivíduo de comunicar, de criar, de conhecer e de poder partilhar, sem restrições, a sua vivência, opinião e experiência com o seu semelhante.

Hoje, como ontem, reconhece-se e luta-se pela liberdade de expressão e do pensamento, tendo como objetivo uma informação livre e pluralista, garante da democracia, da defesa da paz e do progresso político, social e económico de um país. Recorde-se, a propósito, a exposição que a Biblioteca Pública de Braga apresentou, por ocasião da comemoração do XX aniversário do 25 de Abril de 1974, sobre o tema «Livros Proibidos no Regime Fascista». Nela se davam a conhecer uma série de obras que o anterior regime proibia a venda e circulação e cuja leitura era vedada nas bibliotecas públicas, de acordo com as diretrizes emanadas da Direção dos Serviços de Censura, da Direção Geral de Informação, do Ministério da Educação ou dos Serviços de Depósito Legal da Biblioteca. Grande número de autores estrangeiros estavam proibidos e era praticamente impossível editá-los em português. E não se tratava, apenas, de autores abertamente políticos como Marx, Engels, Lenine, ou Trotsky. Um vasto número de conhecidos autores estrangeiros (Jorge Amado, Simone de Beauvoir, Sartre, Simone Weil, André Malraux, etc.) e nacionais (Miguel Torga, Aquilino Ribeiro, José Cardoso Pires, Virgílio Ferreira, Manuel Alegre, Urbano Tavares Rodrigues, etc.) não podia ser lido, quanto mais, publicado! Para além dos temas manifestamente políticos, questões ligadas à sexualidade, à Igreja Católica, ao marxismo ou ao comunismo eram sistematicamente alvo de perseguição e censura. A política cultural repressiva impedia o debate e a circulação de ideias e proibia que as pessoas lessem obras de alguns dos mais importantes vultos da cultura portuguesa e mundial.

No fundo, a questão da censura passa, em muito, por uma questão política e em todas as épocas e latitudes têm surgido Estados (particularmente os mais conservadores) que denotam particular tendência e entusiasmo no que concerne ao domínio da informação e divulgação e ao acesso à informação e às ideias, recorrendo à censura como ferramenta de controlo social. E isso constitui sinal evidente de grave ameaça à liberdade intelectual. Em certo sentido, segundo

refere Bob Usherwood, “(...) *toda a censura é política, porque a liberdade de expressão e a liberdade de divulgar informação constituem, em si, ideais políticos. Restringir essa liberdade, a que Roosevelt chamou ‘a primeira liberdade’, é pois um acto político*”. Não é necessário recuar muito para obter exemplos. Recorde-se o que em pleno século XX aconteceu na Alemanha nacional-socialista, em vários países do antigo Bloco de Leste, na África do Sul ou durante o regime de McCarthy, nesse bastião da democracia e dos direitos humanos que são os Estados Unidos da América. Em todos eles, as bibliotecas públicas foram alvo sistemático de expurgo e os livros retirados e queimados num fanático ressuscitar dos tristemente célebres autos de fé da Santa Inquisição medieval.

Os mecanismos do aparato repressivo revelam-se praticamente os mesmos em todo o lado, embora os respetivos graus e meios de pressão possam variar. O mais interessante, porém, se não mesmo o mais relevante e surpreendente, é verificar que também acontece nas mais emblemáticas e exemplares democracias.

Como sublinha Ann Curry: “*Os bibliotecários deverão, naturalmente, obedecer a leis, mas evitar determinados assuntos apenas ‘por uma questão de segurança’ resultaria numa colecção censurada, mutilada, que poucos ou nenhuns propósitos serviria*”.

Muitas vezes, a tónica da questão tem sido também colocada no papel do próprio bibliotecário e na responsabilidade que este deveria assumir enquanto responsável por seleccionar e disponibilizar o material que chega às mãos das pessoas, particularmente dos jovens e das crianças, sendo certo que muita gente associa propósitos educativos e pedagógicos à biblioteca. Aumentar a consciencialização dos profissionais da informação ajuda à visibilidade do problema, mas nesta, como noutras áreas, há questões éticas particularmente importantes que se colocam, por exemplo: “quem” e “como” deverá decidir sobre o bem e o mal? Trata-se de um ponto particularmente sensível, pois a fronteira que divide a censura, da seleção do material, é uma linha muito ténue e facilmente conducente a esse fenómeno tão, ou mais complexo, que é o da

autocensura (resultado de preconceitos individuais que podem ter como base as mais diversas origens). O equilíbrio entre as preferências pessoais e o interesse público constitui, porventura, o lado mais difícil da gestão das coleções. Selecionar passa por, de boa-fé, analisar o conteúdo de um livro e por aferir da contribuição que o mesmo poderá aportar à comunidade. Ao passo que a censura busca, normalmente no exterior, razões (convicções e ideologias perfiladas pelo autor, nacionalidade, raça, gostos ou hábitos pessoais) que garantam a sua rejeição.

Bibliotecários alertados e formados estão, naturalmente, mais predispostos a fazer um julgamento rigoroso, isento e capaz quando envolvidos na tarefa de selecionar material e mais aptos a defenderem o material que selecionaram. Como explicita Waldomiro Vergueiro: *“O seleccionador tem fé na inteligência do usuário, partindo do pressuposto de que este saberá retirar da obra o que de positivo existe na mesma; o censor, por outro lado, tem fé apenas em sua própria inteligência e capacidade de julgamento, imaginando que todas as demais pessoas são poços de ingenuidade que precisam ser protegidos das mazelas e malfeitos da vida”*. Apesar dos receios (fundados ou infundados), dos escrúpulos do bibliotecário em selecionar determinada obra para a sua biblioteca, haverá sempre que reconhecer (em primeiro lugar) que existirá uma procura para esse tipo de documento na sua comunidade de leitores. É essa procura que determina e que permite identificar as necessidades dos membros da comunidade.

Certo, porém, é que muitos agentes estão em jogo – os pais, a família, a escola, os amigos, etc. – e passar o ónus da manutenção e vigilância por inteiro ao bibliotecário poderá ser fácil, mas, convenhamos, não se afigura inteiramente justo. Do mesmo modo que partir da premissa de que o conteúdo de um livro, cujo teor seja nitidamente de caráter sexual, racista ou de violência explícita, conduz automaticamente ao desencadear de atitudes ou comportamentos subversivos no comum dos cidadãos, não pode ser assumido como um dado inequivocamente adquirido e comprovado. Todos nos encontramos, do mesmo modo, expostos aos mais variados estímulos e, se bem que uns tendam a revelar-se mais influenciáveis do que outros, é perigoso (e seria lícito?)

determinar o que pode estar reservado a uns e não a outros. Retomando, ainda, as palavras de Manuela Cruzeiro:

“Nem sempre aquilo que o homem livre tem para adquirir é de boa qualidade. Nem sempre a informação a colher é útil. Nem sempre a fonte de informação é boa. Mas faz parte integrante da liberdade do ser humano ser ele próprio capaz de escolher o que lhe convém ou o que ele rejeita. Por isso, os homens livres condenam a censura. A censura total ou parcial. A censura moral, ideológica ou qualquer outra, porque todas elas são atentatórias da liberdade. Qualquer espécie de censura será sempre o equivalente às sociedades obscurantistas que, impedindo o homem de satisfazer a sua sede de conhecimento, o violentam e o escravizam, impedindo-o de exercer um dos seus mais elementares direitos – o direito à informação”.

O já citado *Manifesto da UNESCO Sobre Bibliotecas Públicas* não podia, do mesmo modo, deixar de referir-se abertamente ao tema estatuidando que:

“As colecções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais”.

No entanto, apesar de toda as experiências e evidências passadas, e demais esforços expendidos, os tempos que correm nem sempre se têm revelado favoráveis à propagação de novas ideias e isso reflete-se, e é particularmente sentido, por aqueles que lidam com a sua divulgação, sejam eles: bibliotecários, livreiros, escritores, editores, artistas, galeristas, etc. Acontece que sempre existiu, e existe, um determinado conjunto de pessoas e grupos de pressão que, simplesmente, não estão dispostos a aceitar ideias que manifestamente lhes desagradam e então optam pela via mais fácil: bani-las. As vítimas desta atitude de ignorância, desrespeito, intolerância e antagonismo não são apenas as instituições, as atividades comerciais; é, acima de tudo, o público em geral e, em

última instância, a própria sociedade no seu todo – pois sem liberdade de leitura é a própria democracia em si mesma que é posta em risco.

Torna-se, pois, urgente (re)agir contra todo o tipo de pressões e preconceitos que exijam o retirar da biblioteca daqueles livros, ou de quaisquer outros materiais, que veiculam conceitos ou ideias com os quais se discorde – partam essas pressões de autoridades governamentais, civis, religiosas ou outras.

O livre acesso às ideias e à total liberdade de expressão são fundamentais no processo educativo e, no discurso de Usherwood: *“A questão da liberdade intelectual é central para o princípio e prática das bibliotecas públicas – na realidade de todas as bibliotecas”*.

Do mesmo modo, expressa-se o *Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA* (Associação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas)/UNESCO referindo que:

“O acesso aos serviços e fundos documentais deve orientar-se pela Declaração Universal dos Direitos e Liberdades do Homem, aprovada pelas Nações Unidas, e não deverá ser sujeito a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa ou a pressões comerciais.”

A biblioteca pública deverá, assim, constituir-se como um centro local de informação que facilite a todos os utilizadores toda uma gama variada de conhecimentos e informação através de uma coleção organizada e equilibrada de materiais bibliográficos, gráficos, audiovisuais ou em qualquer outro suporte, assim como através dos novos sistemas de informação e das tecnologias mais avançadas e que, simultaneamente, garanta o acesso livre e direto ao conhecimento, à informação e à cultura. Só um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação possibilitam a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e de cidadãos bem informados para exercerem os seus direitos democráticos e desempenharem um papel ativo na sociedade. Por isso, universalmente, os serviços das bibliotecas públicas prestam-se na base da igualdade de acesso a todas as pessoas, sem ter em conta a idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou educação

social e sem pressupor qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa.

Como consequência, a biblioteca deverá adquirir recursos que representem uma grande variedade de pontos de vista. A biblioteca deverá assumir os princípios da liberdade intelectual e fazer frente a qualquer tentativa de censura no âmbito dos recursos bibliográficos, procurando servir e participar na comunidade em que se insere. A biblioteca pública não pode ambicionar resolver todos os problemas da humanidade, mas deverá estar atenta a eles e tentar resolvê-los. Terá, no entanto, grande responsabilidade no que respeita a dar a conhecer e a salvaguardar a liberdade intelectual, garantindo e facilitando o acesso a todas as formas de expressão do conhecimento e da atividade intelectual, incluindo todas aquelas que alguns membros da sociedade possam considerar ofensivas, não convencionais, impopulares ou inaceitáveis. Para salvaguardar este propósito, é da exclusiva responsabilidade do bibliotecário garantir o direito à liberdade de expressão, tornando acessíveis aos utilizadores reais e potenciais da biblioteca os seus espaços, ferramentas e serviços sempre que estes o solicitarem, criando-lhes a possibilidade de estudar, garantir nova formação, ter informação e poder atuar na sociedade de uma forma diferente. O objetivo deverá ser o de formar pessoas que vão à biblioteca, que possam criticar a biblioteca, mas, acima de tudo, formá-las para que possam formar e emitir um juízo crítico sobre as coisas.

Só assim a biblioteca poderá ser, nas palavras de Maria Luísa Cabral: *“Um local fantástico refletindo um fluxo constante de informação, em que os livros só fazem sentido pela utilização que lhes for dada, pela circulação que lhes for autorizada, pelo próprio desgaste físico que sofrerem.”*

Referências Bibliográficas:

CABRAL, Maria Luísa (1996). *Bibliotecas acesso, sempre*. Lisboa: Edições Colibri.

CÓDIGO DE ÉTICA PARA OS PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO EM PORTUGAL [em linha]: Adapt. APDIS, BAD, INCITE.
[Consulta 22 junho 2016].

CRAWFORD, Walt; GORMAN, Michael (1995). *Future libraries: dreams, madness & reality*. Chicago: American Library Association.

CRUZEIRO, Maria Manuela (1976). “Plano nacional de leitura”. *Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses: actas*. Lisboa: B.A.D., p. 45-54.

CURRY, Ann (1996). “Censorship in libraries: a management tightrope”. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*; N. 1 (1996), p. 37-48.

GREENHALGH, Liz; WORPOLE (1995). *Libraries in a world of cultural change*. London: UCL Press.

IFLA (2002). *Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares* [em linha].
[Consulta 12 maio 2016]

IFLA; UNESCO (1994). Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas [em linha].
[Consulta 22 junho 2016]

LEAL, Filipe (1998). “Bibliotecas públicas: bibliotecas para o público”. *Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: actas*. Lisboa: BAD, 2. vol., p. 483-494.

NUNES, Henrique Barreto (1996) “Livros proibidos no regime fascista”. *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. Braga: Autores de Braga, p. 335-337.

ROCHA, João L. de Moraes (1998). *O essencial sobre a imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

RODRIGUES, Graça Almeida (1980). *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

SEQUEIRA, João (1996). “Ética na informação: princípios e códigos de ética profissional”. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*; N. 1 (1996), p. 97-131.

THEIS, Ann (1997). “Bibliotecários e bibliotecas”. *Biblioteca*; N.º 0 (1997), p. 14-19.

USHERWOOD, Bob (1999). “Liberdade intelectual”. *A biblioteca pública como conhecimento público*. Lisboa: Caminho, p. 137-151.

VENTURA, João (2002). *Bibliotecas e esfera pública*. Oeiras: Celta Editora.

VERGUEIRO, Waldomiro (1989). “Seleção e censura de materiais”. *Desenvolvimento de colecções*. São Paulo: Polis, p. 55-62.

VIGÁRIO, Antonieta (1996). “A decisão ética no trabalho de informação”. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*; N. 1 (1996), p. 49-76.

2016/11/30

"A Casa do Mundo" - Textos poéticos reunidos de Jorge de Sousa Noronha

No próximo dia 7 de dezembro será lançada a obra "A Casa do Mundo" - Textos poéticos de Jorge de Sousa Noronha. Este encontro terá lugar no Auditório da Secretaria-Geral da Educação e Ciência pelas 17.30. Contaremos com a presença de José Henrique Neto que fará uma sessão de poesia. Para comparecer basta apenas enviar um email para dsga@sec-geral.mec.pt.

Jorge de Sousa Noronha

Natural de Lisboa. Artista, escritor e especialista em artes gráficas, vive e trabalha em Paris desde 1961. Tem longa experiência como organizador e comissário de exposições. São de realçar, por exemplo, as várias exposições

que têm sido organizadas por «Point & Marge, The Micro Studio in Paris» ao longo dos anos, e também a importante exposição «200 ANS DE LITHOGRAPHIE» na Bibliothèque Historique de la Ville de Paris, pela ocasião do Bicentenário da litografia e da publicação do seu livro LA MEMOIRE LITHOGRAPHIQUE, 200 ANS D'IMAGES.

FORMAÇÃO de publicitário e de design. Frequenta o *Conservatoire des Arts et Métiers* em Paris no curso de *Jean Prouvé*. (Art appliquée aux métiers). A partir de 1976 consagra-se exclusivamente ao desenho à pintura e à litografia. Bolseiro do *Ministério Português da Cultura e da Coordenação Científica* (1981) para uma formação de Master *Printer* em litografia em Paris. Em 1986 funda o *Atelier Point & Marge à Paris / Créteil*. Entre 1983 e 1994 diversas exposições e workshops na Alemanha, França, Polónia, Espanha, Austrália. Em 1995 funda *Point & Marge the Micro Studio* e *Point & Marge Editions Paris* (estampas e livros de artista). Em 2007 começa a dedicar-se à fotografia e à imagem digital.

José Henrique Neto

Actor de teatro, cinema e televisão, encenador, tradutor e locutor de inúmeros documentários e séries da RTP, estreou-se na África do Sul em 1977 e diplomou-se com distinção pelo Drama Studio de Londres em 1983. Mestrando em Teatro na ESTC. Já encenou e representou vários géneros,

da comédia ligeira aos clássicos, deu assistência dramática ao Ricardo III da Cornucópia e ao Hamlet do Teatro da Garagem, este com tradução sua. Nos ecrãs foi visto recentemente na novela Sol de Inverno e nos filmes Photo de Carlos Saboga e Os Maias de João Botelho. Em novembro-dezembro deste ano atuará em «A Bela e o Monstro» e «Alô Alô» no Teatro da Trindade.”

2016/12/07

Mostra: "Ribeiro dos Santos: 1.º Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca"

A Biblioteca Nacional apresenta uma mostra, disponível até ao dia 30 de dezembro, sobre o Doutor António Ribeiro dos Santos, o primeiro Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca Pública da Corte. Fundada em 1796, a Biblioteca foi organizada por Ribeiro dos Santos em núcleos bibliográficos com uma abordagem totalmente nova, revelando os aspetos da modernidade que se instalava progressivamente.

2016/12/14

Peça do mês de dezembro

Missal

O Missal é o livro utilizado na celebração da eucaristia de rito romano, contendo leituras e orações eucarísticas. Trata-se de um Missal Romano Latino-Português para domingos e festas. Apresenta capa dura, revestida a percalina encarnada com inscrições a ouro. É constituído por quatrocentas e oitenta e uma páginas, em papel normal, impresso a preto e vermelho. Tem oito separadores do mesmo material da capa e três fitas de seda em verde, amarelo e roxo. A capa e a contracapa apresentam uma cruz grega preenchida com símbolos eucarísticos: ao centro, cruz latina cuja haste vertical tem a forma de "P", inscrita em círculo e elementos vegetalistas, nomeadamente raízes e caules de onde pendem espigas de trigo e cachos de uvas, motivos que preenchem a parte superior da haste vertical e cada um dos lados da haste horizontal da cruz.

Está inventariado com o número ME/400348/93 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho.

O Missal Romano foi redigido por especialistas em doutrina teológica e pastoral e, atualmente contem, de forma resumida e ordenada, os princípios doutrinários e normas da eucaristia para a celebração da Missa. Aqui estão contidos os

princípios e normas que devem ser transmitidos aos fiéis para a realização deste ritual.

Houve três edições deste documento, uma em 1969, outra em 1970 e a terceira entre 2000 e 2003. A partir de 1979, todas as versões em língua portuguesa foram preparadas pelo Secretariado Nacional de Liturgia.

2016/12/21

Exposição na BNP: "Vergílio Ferreira - Escrita(s)"

Comemorando o centenário do nascimento de Vergílio Ferreira (1916 - 1996), a Biblioteca Nacional apresenta uma exposição que estará patente no dia 14 de janeiro de 2017, onde dá a conhecer alguma documentação do espólio do autor. Para além das suas obras mais conhecidas estarão disponíveis cartas, fotografias e citações que enquadram da vida do escritor no universo da arte.

2016/12/27

Visitas guiadas em Lisboa durante o mês de janeiro

Durante o mês de janeiro a Câmara Municipal de Lisboa irá realizar várias visitas guiadas, gratuitas, com o intuito de dar a conhecer a cidade de Lisboa e o seu património arquitetónico, histórico e cultural. Para efetuar a visita basta enviar um email (lisboa.cultural@cm-lisboa.pt) ou contatar telefonicamente (218 170 593).